

# DESEMPREGO NOS ANOS 90, TECNOLOGIA E (DES)ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

*Fernando Augusto M. de Mattos<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

A questão do desemprego representa certamente um dos problemas mais dramáticos a serem enfrentados pelos países de todo o mundo. Nos anos 90, as taxas de desemprego nos países desenvolvidos atingiram patamares inimagináveis há duas décadas. Nas décadas de 70 e 80, estas taxas continuavam a subir e a incapacidade de combater o problema estava, na minha avaliação, relacionada a diagnósticos equivocados a respeito de suas causas.

A interpretação hegemônica sobre o fenômeno do desemprego, neste período de quase 30 anos, esteve sempre fundada na análise feita pelos liberais a respeito dos determinantes do desemprego. Nos anos 70, os economistas filiados a esta linha de pensamento apregoavam que o problema do desemprego relacionava-se a uma mera questão conjuntural, uma vez que, segundo a avaliação conservadora, a crise dos anos 70 estava simplesmente relacionada à alta do preço do petróleo no mercado internacional.

Nos anos 80, porém, houve uma retomada dos níveis de atividades nestes países (tabela 1) e mesmo assim o desemprego não diminuiu. Ficou, então, caracterizado que o problema do emprego tinha raízes estruturais. Neste momento, a interpretação conservadora consagrou a avaliação de que a excessiva intervenção do Estado na economia, de modo geral, e a resultante rigidez e regulamentação "exageradas" feitas no âmbito do mercado de trabalho, em particular, estariam impedindo que o nível global de emprego se expandisse.

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Doutorando pelo mesmo Instituto.

Por fim, nos anos 90, uma vez implementadas diversas medidas voltadas a eliminar estes "entraves" ao livre jogo das "forças de mercado" nas relações de trabalho, a persistência do elevado desemprego tem sido explicada exclusivamente pelos efeitos que as novas tecnologias e os propalados altos ganhos de produtividade, especialmente na indústria, estariam tendo sobre a determinação do emprego global.

Meu objetivo, neste texto, é apresentar argumentos que mostrem, em primeiro lugar, o equívoco das interpretações conservadoras a respeito da questão do emprego durante as décadas de 70 e de 80. A seguir, procurarei ressaltar o papel que a atual ordem econômica internacional tem na limitação de políticas macroeconômicas expansionistas, que poderiam permitir pelo menos uma reversão na evolução dos atuais patamares das taxas de desemprego nos principais países capitalistas.

Entendo que o problema do desemprego na sociedade atual é extremamente complexo e que esta questão mereceria um debate mais aprofundado, o qual passaria obrigatoriamente por uma avaliação de propostas sobre urgentes modificações na forma de organização das sociedades capitalistas (que abarcariam não só o funcionamento dos mercados de trabalho, mas também a ordem financeira internacional e o novo papel reservado aos Estados Nacionais). Apesar da extrema complexidade envolvida nesta questão, minha proposta, neste texto, é apenas de discutir os condicionantes das assustadoras taxas de desemprego vigentes, buscando identificar alguns aspectos "mistificadores" desta questão que estão presente no atual debate sobre o desemprego.

## **2. O DEBATE SOBRE O DESEMPREGO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

Os anos 70 marcaram a ruptura da ordem econômica internacional criada no pós-guerra. Esta ordem internacional havia criado condições

para que a economia capitalista adentrasse um período de intenso crescimento econômico, baseado em um padrão de acumulação em que as relações salariais e o padrão de consumo estiveram articulados de forma virtuosa com o padrão produtivo/tecnológico então vigente nos países capitalistas centrais.

No final dos anos 60, estes países já apresentavam sintomas de desaceleração do ritmo de crescimento econômico. A constatação desta perda de dinamismo nada mais era do que a explicitação das contradições presentes em uma ordem internacional extremamente dependente da hegemonia americana (e de sua moeda) para criar canais de expansão da demanda global<sup>2</sup>. A crise do petróleo de 1973 apenas ampliou a tendência de esgotamento daquele padrão de acumulação (Mattoso, 1995).

A falência do modelo de Bretton Woods materializou-se no crescimento expressivo (e desregulamentado) da riqueza financeira, no desgaste da hegemonia industrial americana e no conseqüente questionamento de sua moeda enquanto referência de valor para as reservas acumuladas pelos países (Belluzzo, 1984), na dificuldade de definição de uma nova hegemonia que pudesse assumir a função que os EUA haviam tido nos Anos de Ouro<sup>3</sup>, na falência dos mecanismos keynesianos de sustentação da demanda agregada por parte dos Estados Nacionais e, ainda, na exaustão das oportunidades de investimentos abertas durante o "cathing up"<sup>4</sup> dos países europeus.

Como resultado destes elementos adversos, os países capitalistas centrais viram iniciar-se um período de recessão econômica e de elevação das taxas de desemprego. O envelhecimento do sistema de

2 Guttman (1994) ressalta que, no contexto da ordem econômica definida em Bretton Woods, a liquidez monetária internacional estava ancorada na geração de déficits de balanço de pagamentos dos EUA, especialmente pela exportação de capitais americanos aos países europeus e ao Japão.

3 Mattoso (1996) comenta que, na "ausência de uma máquina global de crescimento", papel desempenhado pelos EUA no pós-guerra, a economia dos anos 80 apresentou grande instabilidade.

4 O chamado "cathing up" dos países europeus representou o processo de crescimento econômico destes países no pós-segunda guerra, que teve intensidade mais acentuada do que o crescimento dos EUA; desta maneira, os países europeus mais desenvolvidos puderam aproximar-se, em termos de prosperidade econômica, do país mais rico do mundo, construindo um padrão de consumo que já estava implementado no EUA desde antes da eclosão do conflito mundial de 1939/1945.

Bretton Woods e a desregulamentação dos mercados financeiros globais geraram contínuas dificuldades de ajuste nos balanços de pagamentos dos países deficitários, o qual só pôde ser feito através de contenção da demanda agregada (refluxo dos investimentos, quedas dos salários reais, diminuição dos gastos do Estado, restrição do crédito etc.) e conseqüente aumento do desemprego, com efeitos deflacionários sobre todo o sistema (Eatwell, 1996).

A recessão no mercado interno dos países centrais deu impulso à alternativa exportadora como forma de enfrentar a crise. A estratégia das empresas passou, então, a ser cada vez mais determinada pelas disputas no mercado externo. Neste contexto, a "agenda da competitividade"<sup>5</sup> (Gonçalves, 1996) tem efeito imediato na obsessão das empresas pela redução de custos, especialmente os relacionados ao trabalho. O objetivo das empresas passou, então, a ser voltado para a competição no mercado externo - alternativa à recessão dos mercados domésticos, especialmente no contexto de falência dos mecanismos keynesianos de sustentação da demanda efetiva. Desta forma, **o salário e todos os custos relacionados à mão-de-obra passam a ser considerados como "custos de produção" e não como fatores de impulso à demanda** (Freyssinet, 1995). Como conseqüência, as empresas tendem a espremer o máximo possível seus custos, externalizando-os através da contratação de empresas "terceirizadoras" dos serviços.

Outra forma de diminuir os custos deu-se através de mudanças no processo de trabalho, com as quais os maiores ônus recaíram sobre os trabalhadores (muitos são contratados como "autônomos" e continuam prestando serviços à empresas, embora geralmente tendo uma jornada de trabalho de fato mais extensa do que antes, além de não mais contar com os salários indiretos representados pelos benefícios

5 Conceito cunhado por Gonçalves (1996) exatamente para expressar a primazia dos condicionantes externos sobre os fatores relacionados aos mercados internos dos países na determinação da estratégia das empresas e dos diversos países no contexto de demanda fraca criado com a desregulamentação da ordem financeira internacional e de impulso à chamada "globalização financeira".

6 Os trabalhadores assim contratados também ficam impedidos de utilizar aqueles serviços públicos e de Seguridade Social cujo acesso só é permitido aos empregados do setor formal da economia. Isto tem também acontecido muito no Brasil, onde o acesso à maioria dos benefícios sociais só é estendido aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

aos empregados<sup>6</sup>). Neste contexto, passaram a ser implementadas “novas” formas de gestão administrativa, **com denominações tão diversificadas** (“reengenharia”, “downsizing” etc.) **quanto invariáveis são seus efeitos**: intensificação brutal do uso da mão-de-obra que se manteve empregada (geralmente por causa de drásticas reduções dos quadros de funcionários, apesar da manutenção das tarefas a serem cumpridas) e precarização das relações de trabalho (crescentes dificuldades de organização sindical, remuneração variável, trabalho em tempo parcial ou de caráter temporário, ameaça constante de desemprego etc.).

Neste sentido, o aumento vertiginoso das taxas de desemprego, a partir dos anos 70, representou um dos vários aspectos em que se manifestou a crise do mundo do trabalho, assolado pela falência das regras monetário/financeiras estabelecidas em Bretton Woods e pelo envelhecimento dos organismos internacionais criados no pós-guerra, com os reflexos já conhecidos sobre a desregulamentação da concorrência e sobre a capacidade dos Estados Nacionais realizarem política econômica. Esta deterioração da ordem monetário/financeira definida no pós-guerra teve também um evidente impacto na retração dos investimentos produtivos, provocando um período de crescimento econômico decepcionante e demanda agregada pífia na maioria dos países (guardadas as devidas particularidades entre eles, especialmente porque houve diferenças na forma como cada país reagiu a esta ‘nova’ (des)ordem, conforme ressaltou Mattoso (1995, cap.3).

Os condicionantes impostos pela “agenda da competitividade” levaram os empresários a pressionarem os governos dos países a flexibilizar todas as esferas da ordem socioeconômica (substituição da contratação coletiva pela contratação individual, ampliação das facilidades para demitir, diminuição de gastos do Welfare State, diminuição da taxa de recursos a serem destinados ao Welfare), desarticulando sucessivamente os mecanismos da “construção política”<sup>7</sup> (Hobsbawm, 1995)

7 Hobsbawm (1995) ressaltou que os fatores políticos impostos pela Guerra Fria criaram, nos países capitalistas, as condições para uma nova ordem econômica, baseada na construção do Welfare State e de uma sociedade mais solidária e com maior quantidade de regulamentações da atividade econômica, prevenindo os efeitos desestabilizadores da ordem capitalista. Neste contexto, os Estados Nacionais tiveram fundamental participação na definição de um crescimento econômico que incorporou parcelas crescentes das populações destes países ao novo padrão de consumo. Ademais, os trabalhadores, via sindicatos, tiveram papel considerável nas decisões de produção das empresas e na condução da política macroeconômica.

realizada no pós-guerra, com os efeitos mais nefastos recaindo exatamente sobre o mundo do trabalho, que, nos anos 70, além de ostentar taxas de desemprego em patamares jamais vistos no pós-guerra, apresentou progressiva diminuição da parcela de empregos estáveis, perda de garantias de evolução dos salários reais junto com os ganhos de produtividade, precariedade das contratações e diminuição das taxas de sindicalização (resultado especialmente da diminuição do emprego industrial)<sup>8</sup>. As medidas de desregulamentação dos mercados comercial, financeiro e de trabalho se aprofundaram nos anos 80, constituindo o receituário neoliberal, que se tornaria a ideologia econômica hegemônica a partir dessa década.

Portanto, a redução do emprego industrial, mais especificamente, é resultado da desarticulação da ordem internacional do pós-guerra e da estratégia que as empresas são compelidas a adotar para enfrentar a realidade que resulta deste contexto de alta instabilidade financeira. Além destas medidas relacionadas mais diretamente à contenção de custos, outros elementos podem ser arrolados entre aqueles que tiveram um impacto na destruição de empregos, apesar da retomada do crescimento econômico nos anos 80 (principalmente entre 1983 e 1989 nos países capitalistas centrais), conforme lembra Mattoso(1995): "Alguns dos efeitos deste processo de reestruturação (substituição de antigos insumos por novos materiais; informatização, automação e robotização; flexibilização e terceirização da produção; e reconcentração

8 Nos anos 80, estes problemas se aprofundam, ampliando-se as "inseguranças do trabalho", conforme Mattoso (1995). Sucintamente, acho interessante frisar que Mattoso (1995) enumera os seguintes aspectos em que se revelam estas "inseguranças": (1) **insegurança no mercado de trabalho**, representada pela insegurança de poder ter inserção no mercado de trabalho, dada a aceleração sem precedentes das taxas de desemprego; (2) **insegurança no emprego**, representada pelo progressivo aumento das formas de contratação precária da mão-de-obra (emprego temporário, incerto, em tempo parcial etc.), em um contexto de diminuição dos empregos estáveis; (3) **insegurança na renda** que, como decorrência das anteriores, representa uma diminuição dos rendimentos e, fundamentalmente, uma quebra dos compromissos vigentes nas contratações coletivas dos anos dourados, que asseguravam aumentos dos salários reais à medida que a produtividade do trabalho também aumentava. A insegurança da renda tem no aumento das desigualdades salariais e da pobreza uma de suas facetas mais perversas; (4) **insegurança da contratação**, consubstanciada na superação das formas de contratação coletiva em favor das contratações individuais ou mesmo das 'relações de trabalho *sem contrato*' (Mattoso, 1995) e (5) **insegurança na representação do trabalho**, dada pela notável diminuição das taxas de sindicalização na maioria dos países centrais, situação favorecida pelo aumento do desemprego, pela queima de postos de trabalho na indústria e no setor público e, ainda, pela oportunidade histórica, aproveitada pelos empresários, de enfrentar e desarticular o movimento sindical.

de capitais e constituição de bloco de países), produzidos nas condições de *modernização conservadora* e com a ruptura do compromisso keynesiano, terminaram por destruir muitos empregos em pleno período de expansão econômica”.

A manutenção de altas taxas de desemprego nos anos 80 (quando o crescimento econômico foi, mesmo que modestamente, retomado (tabela 1)) constituíram uma demonstração cabal de que, naquela ordem internacional, **o caráter do desemprego era estrutural, revelando o equívoco dos que, nos anos 70, atribuíam-no “apenas” a fatores conjunturais.**

Desta forma, a propalada solução para o desemprego via flexibilização do mercado de trabalho, através de desregulamentação das relações de trabalho e redução dos custos com a mão-de-obra, tão presentes no discurso conservador<sup>9</sup>, não se mostraram suficientes (para dizer o mínimo) para recuperar os níveis de emprego globais. Estas “soluções”, ademais, **padecem de uma falta de “keynesianismo” elementar, pois, ao se reduzir o total da massa de remunerações do trabalho (inclusive dos já ocupados), o efeito dinâmico sobre a demanda global não poderia deixar de ser negativo.** Freyssinet (1996) é preciso sobre esta questão: “... Depuis plus d'un demi-siècle, Keynes a montré que la diminution générale des taux de salaire exerce un effet dépressif sur le demande et donc sur le niveau de production rentable de l'ensemble des entreprises. La chute du niveau d'activité entraînera celle du niveau d'emploi”. Segundo este autor, as empresas e as economias nacionais se lançam nesta estratégia de redução de custos salariais por causa da dominância que passa a adquirir a concorrência internacional, com o que a redução de salários torna-se uma arma para reduzir preços e ganhar mercados. Esta estratégia, porém, caso seja, no limite, adotada por todas as economias nacionais, levarão à redução da demanda global, do nível de atividade e do emprego.

Portanto, as soluções sugeridas pelo receituário liberal, de atacar a problemática do desemprego via políticas de flexibilização do mercado de trabalho, além de terem acentuado as desigualdades dos mercados de trabalho (em grau tanto mais expressivo quanto maior o denodo

<sup>9</sup> Especialmente a partir dos anos 80.

com que cada país as implementou), não acabaram proporcionando uma elevação do nível global de emprego.

Mattoso (1995) alerta que, na década de 80, o desemprego e a flexibilidade andaram juntos, especialmente nos países europeus<sup>10</sup>. O que se conclui a respeito do debate sobre o emprego referente a este período é que os problemas do mercado de trabalho (principalmente o desemprego, mas não só ele) não podem ser simplesmente resolvidos com ações diretas sobre o próprio mercado de trabalho<sup>11</sup>, pois estão relacionados a fatores macroeconômicos e à desestruturação da ordem econômica internacional do pós-guerra, que foi substituída por práticas de desregulamentação dos mercados (financeiro, comercial e de trabalho) que geraram instabilidade sistêmica, incertezas e pouca propensão aos investimentos produtivos. Este quadro fica tão mais complicado quanto mais débil se torna a demanda agregada efetiva (ver, na tabela 2, que o crescimento econômico do período 1983/1992<sup>12</sup> se coloca em um patamar muito mais modesto do que no período 1964-1973 - situação que não se alterou nos anos mais recentes nas economias capitalistas centrais).

Nos anos 90, a cartilha conservadora incorpora um novo elemento "explicativo" para as altas taxas de desemprego. Refiro-me ao papel que a **tecnologia** teria na determinação das altas taxas de desemprego.

---

10 Na seguinte passagem, Mattoso (1995) esgrime os seguintes argumentos: "No entanto, na *modernização conservadora* da década de 80 também grande parte dos governos, pressionados pelos empresários e pela vaga do liberalismo, buscou a redução das formas de proteção ao emprego, sendo que alguns consideravam estas formas atípicas de emprego *arma poderosa* na luta contra o desemprego, e muitas vezes, como no caso da França, adotaram políticas expressamente voltadas à sua promoção. O problema é que durante esta década, sobretudo na Europa, cresceu o desemprego e a flexibilidade, tornando no mínimo curiosa a postura de acusar a estabilidade, a segurança e a rigidez como responsáveis pelo desemprego".

11 Comentários de Mattoso (1996a) vão ao ponto exato nas seguintes palavras: "Ao contrário do proposto pelo pensamento conservador dominante, o efetivo enfrentamento dos problemas que afetam o mundo do trabalho (desemprego, precarização, reduções salariais, elevação da jornada de trabalho) dificilmente poderá ser realizado apenas através de políticas limitadas ao mercado de trabalho. Mesmo políticas de mercado de trabalho mais efetivas (...) só poderiam assegurar efeitos significativos e duradouros sobre o mercado de trabalho e as sociedades contemporâneas se fossem acompanhadas de políticas públicas reguladoras, inclusive internacionais, em um contexto de crescimento econômico menos medíocre".

12 Especialmente devido às baixas taxas dos últimos anos da década de 80 e primeiros da de 90.



**TABELA 1**

Taxas anuais de crescimento do produto interno bruto

Anos selecionados

Países	77-73(*)	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87
CANADA	4,2	4,6	3,9	1,5	3,7	-3,2	3,2	6,3	4,2	3,3	3,8
FRANÇA	2,9	3,3	3,2	1,6	1,2	2,5	0,7	1,4	1,6	2,1	1,5
ITÁLIA	2,0	2,7	4,9	3,9	1,1	0,3	0,5	3,5	2,8	2,7	2,7
JAPÃO	2,8	5,1	5,2	4,4	3,9	2,8	3,2	5,0	4,5	2,4	4,2
INGLATERRA	0,8	3,6	2,1	-2,1	-1,2	1,1	3,5	2,0	3,7	2,9	3,8
EUA	1,9	5,2	2,0	0,0	3,7	-2,5	4,0	7,0	3,1	3,0	2,9
ALEMANHA	1,7	2,9	4,2	1,4	0,2	-0,7	1,5	2,7	2,6	2,5	1,5

Fonte: Maddison (1989)

(\*) taxas médias anuais.

**TABELA2**

Taxas anuais médias de crescimento econômico, da produtividade geral e industrial e do desemprego nos países avançados

Taxa Média Anual	crescimento econômico 1964-73 1983-92	cresc. produtiv. geral 1961-70 1981-90	cresc. produtiv. industrial 1964-73 1983-92	desemprego 1964-73 1983-92
Alemanha	4,5 2,9	4,3 1,9	4,0 2,4	0,79 6,03
França	5,3 2,2	5,0 2,0	5,3 2,6	2,23 9,70
Itália	5,0 2,4	6,2 1,9	5,1 2,6	5,48 10,13
Inglaterra	3,3 2,3	3,3 2,0	4,2 3,6	2,94 9,79
EUA	4,0 2,9	1,9 1,1	3,1 2,8	4,46 6,69
Canadá	5,6 2,8	-	4,0 2,6	4,23 9,64
Japão	9,6 4,0	9,1 3,0	9,6 5,7	1,22 2,71

Fonte: OCDE, apud Eatwell (1996); elaborada por Mattoso (1996b).

Eatwell (1996) faz uma avaliação da suposta relação entre as mudanças tecnológicas e as altas taxas de desemprego dos anos 80/90. O autor apresenta dados do G7 referentes a taxas médias anuais de desemprego, crescimento econômico, produtividade geral e produtividade do setor industrial em dois períodos: 1964-1973 e 1983-1992 (tabela 2). Estes indicadores mostram que, no primeiro período (1964-1973), o crescimento econômico e também os ganhos de produtividade (geral e industrial) são sempre maiores, em todos os países do G7, do que no segundo período. No que se refere às taxas de desemprego, o período 1983-1992 ostenta valores muito superiores ao anterior.

A análise destes indicadores levam o autor à afirmação de que as transformações tecnológicas (expressas por ganhos em produtividade) não podem ser responsabilizadas pelo crescimento do desemprego no G7 no final dos anos 80/início dos 90, pois neste período houve, na realidade, uma retração do crescimento da produtividade; ademais, exatamente quando o aumento da produtividade era maior, as taxas de desemprego eram ínfimas (1964-1973). Na verdade, salienta o autor, o crescimento da demanda por produtos manufaturados (no período 1983-1992) é que não parece ter sido suficientemente intenso para compensar os empregos perdidos com o aumento da produtividade<sup>13</sup>. Eatwell conclui que há potencial<sup>14</sup> para recuperação da demanda, que poderia pelo menos conter a queima de postos de trabalho na indústria (com conseqüente diminuição das taxas de desemprego).

O aspecto fundamental do argumento de Eatwell<sup>15</sup> - com o qual concordo e ressalto como ponto a partir do qual deve se direcionar o deba-

---

13 Nesta mesma linha de argumentação, são também pertinentes os seguintes comentários de Gonçalves (1996): "Na realidade, o progresso técnico tende a ser indutor do crescimento econômico a partir de um processo de 'destruição criadora', inclusive, no que se refere ao mercado de trabalho. A inovação tecnológica gera, assim, um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, investimento, produção, renda e emprego. A expansão de investimentos permite o aumento do nível de emprego na medida em que gera taxas de crescimento da produção superiores às taxas de aumento da produtividade do trabalho."

14 Eatwell (1996) reitera que: "Mesmo nos mais avançados países do G7, há substanciais parcelas da população que não têm acesso ao número e à qualidade de bens manufaturados que seus cidadãos compatriotas consideram como necessários para a sustentação de um padrão de vida normal".

15 Autor ainda demonstra que o aumento das exportações dos países em desenvolvimento não tem dimensão suficiente para explicar o aumento das taxas de desemprego dos países centrais aos patamares dos anos 80/90.

te sobre a atual problemática do desemprego - revela que as altas taxas de desemprego nos anos 90 estão relacionadas a mudanças na ordem financeira internacional e aos limites que estas impõem sobre a política macroeconômica dos países. Ou seja, **a falência do regime de Bretton Woods e as taxas de câmbio flutuantes que dela decorrem geram um ambiente de alta instabilidade e especulação, com a predominância da riqueza financeira sobre a riqueza respaldada na produção de bens tangíveis, em um contexto de desregulamentação dos movimentos de capitais de curto prazo.** Este ambiente de desregulamentação dos mercados cambial e financeiro potencializa os desestímulos ao investimento produtivo, com impacto evidente e imediato sobre o emprego. Neste contexto, a desregulamentação dos mercados de trabalho nada mais representa do que uma decorrência da generalizada desregulamentação dos mercados, gerada pela atual (des)ordem financeira internacional.

A atual (des)ordem internacional impõe, aos formuladores de política macroeconômica dos países, a necessidade de manejar as taxas de juros com o único intuito de evitar a fuga de capitais de curto prazo. Desta forma, está colocada em cheque a capacidade dos Estados Nacionais de realizar políticas expansionistas. As Autoridades Monetárias dos países estão reféns da necessidade de demonstrar "credibilidade" ao mercado financeiro (Freyssinet, 1995) globalizado e sem regras. Esta constante necessidade de satisfazer as exigências de valorização do capital financeiro tem um evidente impacto sobre os investimentos produtivos e, portanto, na geração de empregos. Eatwell sublinha este aspecto na seguinte passagem: "As exigências de credibilidade têm imposto estratégias macroeconômicas amplamente deflacionárias no G7. Nos anos 60, o arcabouço financeiro internacional administrado permitia a implementação de políticas expansionistas, de pleno emprego. Essas políticas eram contagiosas, tanto domesticamente, ao encorajar o investimento privado, quanto em escala internacional, ao validar a ampliação do comércio mundial. Nos anos 80, o arcabouço financeiro desregulamentado fortaleceu políticas que elevavam a estabilidade financeira acima do emprego. Isto implicou taxas reais de juros mais altas, as quais, por sua vez, reduziram o investimento e tornaram mais lenta a expansão do comércio mundial".

Gonçalves (1996) também aponta as dificuldades que a “nova” (des)ordem financeira internacional coloca para a questão do emprego, particularmente por causa do impacto sobre a demanda global: “O desemprego, principalmente na Europa, tem sido determinado, em grande medida, por fatores macroeconômicos. Estes fatores tratam, de fato, de políticas restritivas ou contracionistas que inibem a acumulação e o crescimento e, conseqüentemente, o nível de emprego. **Na ausência de estímulos, via demanda agregada, o aumento da produtividade (decorrente do progresso técnico) transforma-se numa reduzida capacidade de geração de emprego industrial**<sup>16</sup>. Na realidade, os países desenvolvidos foram capturados por uma ‘paranóia inflacionária’”. A “paranóia anti-inflacionária”<sup>17</sup> está relacionada aos riscos que uma aceleração da inflação (mesmo que reduzida) acarreta aos detentores de riqueza financeira. Guttman (1994) alerta para os problemas causados pela inflação, impondo perdas aos detentores de riqueza financeira e estimulando um aumento dos custos dos futuros empréstimos e, portanto, nas taxas de juros. Esta instabilidade faz aumentar o “custo de oportunidade” dos investimentos produtivos. Pode-se concluir que esta instabilidade sistêmica do mercado financeiro globalizado, ao acarretar desestímulos ao investimento produtivo, está tendo um impacto negativo sobre nível global de emprego - quer seja por causa da retração dos investimentos diretos na ampliação da capacidade produtiva existente ou pela cada vez menos freqüente opção dos investidores pela criação de nova capacidade de produção. Vale citar algumas passagens de Guttman (1994) a respeito dos entraves que a atual conjuntura financeira internacional impõe para a realização de políticas econômicas nacionais expansionistas: “Inflation reduces the effective burden of borrowers. This in turn induces

16 Grifo meu, para ressaltar o que julgo ser o aspecto mais importante desta discussão.

17 É curioso lembrar que, no final de 1996, um anúncio feito pelo presidente dos EUA, Bill Clinton, de que os níveis de emprego haviam crescido, tenham sido acompanhadas pelo presidente de “pedidos” para que o FED não respondesse a isto com aumentos preventivos das taxas de juros, sob o argumento de que o reaquecimento traria “perigos” de aumento da inflação. Este fato demonstra as dificuldades colocadas à perspectiva de aumento dos níveis globais de emprego em um contexto de “paranóia inflacionária” e de hegemonia das avaliações convencionais a respeito do comportamento das variáveis macroeconômicas.

greater credit demand. To avoid transfer losses, creditors will be forced to charge more for their loans (...) unstable prices harmed long-term investment activity while they encourage speculative activity seeking to exploit expected price movements for short-term gains”.

Portanto, a falência da ordem financeira internacional tem reflexos notórios sobre a capacidade das economias nacionais criarem empregos. A precedência da órbita financeira sobre a órbita produtiva, em um contexto de desregulamentação dos movimentos de capitais e de altíssima volatilidade das taxas de juros e de câmbio (e, por decorrência, dos capitais de curto prazo), impede que os Estados Nacionais possam taxar a riqueza (especialmente a financeira) e realizar políticas keynesianas (Belluzzo, 1995). Pior que isto, a escala crescente com que a riqueza mobiliária aparece nos portfólios das empresas (e das famílias) obriga as Autoridades Monetárias a zelar pela valorização deste estoque de riqueza acumulada, especialmente pelo manejo das taxas de juros de curto prazo, e coloca limites muito estreitos para a realização da política econômica<sup>18</sup>. Esta postura obstaculiza a tomada de medidas expansionistas, reforçando o comportamento “rentista” dos agentes. O risco crescente que advém desta realidade estimula as empresas, especialmente em um ambiente de desregulamentação da concorrência, por um lado, a tomar medidas de redução de custos (especialmente os relacionados ao trabalho) de maneira obsessiva e, por outro lado, a diversificar suas aplicações entre os vários novos produtos financeiros oferecido pelos “mercados”, ampliando cada vez mais a parcela de seus recursos disponíveis que são desviados da valorização produtiva para a financeira.

O império das finanças e a predominância da valorização financeira do capital impõem, portanto, enormes restrições aos investimentos produtivos, especialmente para a criação de nova capacidade produtiva. A livre atuação das “forças de mercado” tem efeitos sociais extremamente perversos. A valorização da riqueza passa cada vez menos pela esfera da produção de bens destinados ao mercado, dirigindo-se prin-

18 Demonstrando ser um fraseador de talento, Boyer (1996) resume este constrangimento da seguinte forma: “les politiques font de l'économie, les financiers de la politique”.

principalmente para a valorização da riqueza pela riqueza, na sua forma abstrata<sup>19</sup>. Sobre isto, as observações de Belluzzo (1996) são extremamente pertinentes: "...a lógica da *valorização patrimonial* vai se apoderando de todas as esferas da economia, impondo os seus critérios como os únicos aceitáveis em qualquer decisão relativa à posse da riqueza. (...). Os *novos fluxos* de riqueza estão completamente submetidos ao despotismo dos *estoques*".

### 3. CONCLUSÃO

As dificuldades em resolver a questão do desemprego, que tem se demonstrado cada vez mais dramática nas últimas três décadas, estão em grande medida relacionadas aos equívocos presentes na análise que a corrente de pensamento neoliberal tem feito a respeito de suas causas. A amplitude e generalização das medidas desregulamentadoras tomadas por governos de diversos países capitalistas desenvolvidos (ou não) para tentar resolver a questão do desemprego, nestas últimas décadas, são decorrentes da hegemonia que as teses liberais foram adquirindo ao longo deste tempo nos meios acadêmicos, empresariais e da chamada mídia especializada.

Nos anos 70, apesar dos evidentes desgastes da ordem financeira que havia sido definida em Bretton Woods, explicitados quando os EUA deixaram de ter condições de continuar a funcionar como mola propulsora da economia internacional, houve uma resistência dos mercados financeiros em promover mudanças que levassem à reconstrução de uma ordem internacional que visasse, em primeiro lugar, a expansão econômica e a contínua melhoria do Bem-Estar das sociedades industriais. O receituário liberal e a defesa dos interesses do mercado do dinheiro em que se baseia este receituário começavam, nos anos 70,

19 Cada vez mais, a valorização da riqueza capitalista assume a forma D-D', em detrimento da forma original D-M-D', segundo terminologia de Marx. Keynes e Minsky também demonstraram que o capitalismo não é só "mercado", entendido como o espaço de compra e venda de mercadorias produzidas pelos equipamentos; o capitalismo é também "finanças" e o seu objetivo precípuo, evidentemente, não é produzir para o "mercado", mas valorizar o capital da melhor maneira possível, e esta maneira, dependendo de uma série de condições que afetam as expectativas dos investidores, pode ser a valorização abstrata da riqueza acumulada - via mercado financeiro. A opção de não utilizar os equipamentos existentes (ou de investir em nova capacidade produtiva) leva ao seu 'desemprego' e conseqüentemente ao desemprego da mão-de-obra.

a impor suas normas e medidas de uma forma cada vez mais hegemônica do ponto de vista ideológico. No que se refere ao desemprego, especificamente, a avaliação corrente era de que este era resultado de um problema de retração meramente conjuntural da demanda agregada, causada pela crise do petróleo.

Nos anos 80, com as vitórias eleitorais consagradoras obtidas nos EUA e na Grã-Bretanha, as medidas de cunho liberal foram vastamente utilizadas, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. A desestruturação da ordem internacional e a crescente dificuldade em realizar políticas econômicas expansionistas, em contexto de avassaladora e acrítica hegemonia do pensamento convencional, atuaram com uma pressão impressionante, inclusive sobre governos originalmente de outras tendências ideológicas instalados no continente europeu, no sentido da adoção de medidas de política econômica de caráter liberal (a 'nova' ortodoxia passou, em alguns meios, a ser chamada de neoliberalismo).

No que se refere ao mercado de trabalho, assistiu-se, nos anos 80, a um intenso processo de desregulamentação das relações de trabalho, com efeitos imediatos e acentuados sobre o mundo do trabalho. Neste contexto, o desemprego foi a face mais evidente e perversa de uma miríade de resultados negativos do mundo do trabalho. A hegemonia ideológica do período, não obstante, impediu muitos de perceber o óbvio: desemprego e desregulamentação andaram lado a lado, revelando o total fracasso do argumento conservador segundo o qual a causa do desemprego seriam a excessiva regulamentação das relações de trabalho e a atuação social do Estado. Para os que se colocam, deste os anos 80 e agora nos 90, contra este quadro socialmente dramático, **fica cada vez mais evidente que as soluções para o desemprego não estão em políticas voltadas à flexibilização do mercado de trabalho, pois os resultados observados no mundo do trabalho nada mais são que reflexos de uma ordem internacional cuja primazia está na valorização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo.**

Nos anos 90, a argumentação conservadora parece ter eleito novo vilão para a explicação do persistente desemprego: trata-se, agora, da



"tecnologia", cujos efeitos nefastos sobre o nível de emprego não poderiam ser evitados, podendo apenas ser diminuídos em todos os países (e empresas) que se inserirem "adequadamente" na nova ordem internacional. Ou seja, ao analisar a realidade social, o receituário ortodoxo se exime de analisar os condicionantes e características da ordem econômico-financeira atual, com o claro objetivo de fugir a um debate mais consistente sobre a necessidade de sua modificação. A argumentação conservadora procura atribuir a culpa pelas mazelas sociais que assolam os novos tempos à insistência de alguns governos e/ou de grupos de trabalhadores sindicalizados (os 'corporativistas') em não se filiar incondicionalmente aos ditames do receituário neoliberal. Sobre estas tergiversações do argumento liberal, Belluzzo (1996) alerta que "...é um velho truque retórico dos liberais: a responsabilidade pelas desgraças causadas pela economia de mercado é sempre das vítimas".

Neste texto, considero que a questão do desemprego deve ser vista sob um ângulo diferente do que o habitualmente considerado pelos liberais. O problema do desemprego está na definição de uma ordem internacional que permita aos Estados Nacionais recuperarem a capacidade de realizar políticas econômicas expansionistas e de se libertarem dos ditames impostos pelo capital financeiro desregulamentado. A causa do desemprego em massa não está simplesmente na 'tecnologia', mas nas dificuldades de criação de uma ordem internacional diversa da atual, o que somente poderá ocorrer a partir do momento em que uma quantidade crescente de governos de países capitalistas importantes se coloque contra o estado atual da economia internacional, de tal maneira que se criem condições para o estabelecimento de regras que permitam um elevado crescimento econômico mundial.

**Para concluir, gostaria de sublinhar que, embora a incorporação de novas tecnologias (especialmente as típicas da chamada Terceira Revolução Industrial) tenha, do ponto de vista microeconômico, certamente um impacto na destruição de postos de trabalho, ela não pode de maneira nenhuma servir como única "explicação" para as dramáticas taxas globais de desemprego atualmente vigentes nos países desenvolvidos e em de-**

**envolvimento.** O “despotismo dos estoques” a que se refere o professor Belluzzo nada mais é do que o resultado da ausência de uma ordem internacional que possa reunir condições de explorar a enorme capacidade produtiva e tecnológica atualmente existente nos países centrais<sup>20</sup>, de forma que a acumulação de capital possa determinar uma relação virtuosa entre padrão produtivo e padrão de consumo, de tal maneira a reverter os dramáticos níveis de exclusão a que estão submetidas milhões de pessoas do mundo “globalizado”.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, L.G. “A desestruturação da ordem econômica mundial”, in: *O Senhor e o Unicórnio - A economia dos anos 80*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- BELLUZZO, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados”, in: *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, junho de 1995.
- BELLUZZO, L.G. “O despotismo dos estoques”, in *Carta Capital*, revista semanal. Ano II, número 26, 26/06/96 (a).
- BELLUZZO, L.G. *Prefácio* ao livro “Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?”. CESIT/UNICAMP, Ed. Página Aberta. São Paulo, abril de 1996.
- BORDO, M.D. *The Bretton Woods International Monetary System: a Historical Overview*, in: Bordo, M.D. e Eichengreen, B. (org.).
- BORDO, M.D. & EICHENGREEN, B. (org.) *A Retrospective on the Bretton Woods System*. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.

20 Esta constatação vai ao encontro de idéias defendidas por diversos autores, entre os quais o próprio Eatwell (1996), de construção de uma nova ordem internacional, um “novo Bretton Woods”, embora neste momento, evidentemente, como seus condicionantes históricos próprios. No que se refere especificamente à questão do emprego, são cada vez mais presentes as propostas no sentido de uma redução drástica das jornadas de trabalho, como alternativa para aumentar o nível global de emprego nas sociedades industriais e de serviços de alto padrão tecnológico.

- BOYER, R. "Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise" in: combemale, p. e piriou, J. (org.), *Nouveau manuel de sciences économiques et sociales*, Ed. La Découverte, Paris, 1995-cap.XVIII, pgs. 473-496).
- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G. "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial do pós-guerra", in: *estudos cebrap*, n.23, 1984(?).
- COUTINHO, L. "A terceira revolução industrial e tecnológica", in: *economia e sociedade(1)* Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, agosto de 1992.
- EATWELL, J. "Desemprego em escala mundial", in: *economia e sociedade(6)*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, junho de 1996.
- EPSTEIN, G. & SCHOR, J.B. *Macropolicy in the rise and fall of the golden age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.).
- FREYSSINET, J. "Emploi et chômage", in: combemale, p. e piriou, J.P. (orgs.). *Nouveau manuel sciences économiques et sociales*, La Découvert, Paris, 1995 (cap.XIX, pgs. 505-525).
- GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ A. and SINGH A. *The rise and fall of the golden age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.).
- GONÇALVES, R. "Globalização e Emprego". *Revista brasileira de comércio exterior (RBCE)*, número 46, jan/mar 1996.
- GUTTMANN, R. *How credit-money shapes the economy*. M.E.Sharpe, New York, 1994.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- MADDISON, A. *The world economy in the 20th century*. OCDE. Paris, 1989.
- MARGLIN, S. *Lessons of the golden age: an overview*, in: Marglin s. & Schor, J. (org.).

- MARGLIN, S. & SCHOR, J. (org.) *The golden age of capitalism*. Clarendon Press Oxford, 1990.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. Ed. Scritta, São Paulo, 1995.
- MATTOSO, J. "Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios", in: Mattoso, J. e Oliveira, C.A. *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta, 1996(a).
- MATTOSO, J. *Desafios do desemprego*. 1996(b). Mimeo.
- MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo - de dretton woods à beira da insolvência*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- MUNDO DO TRABALHO, *Teoria e debate*. Revista trimestral do partido dos trabalhadores. Entrevista com Jorge Mattoso, Ricardo Antunes, Rosa M. Marques e Tarcísio Secoli. Número 31, abr/jun 1996.
- RIFKIN, G. *The end of work*, Tarcher-Putnam, NY, 1995.
- TAVARES, M.C. e GOMES, G. "Modernidade neoliberal e desemprego", in *O (des) emprego no país do real*, Partido dos Trabalhadores, abril de 1996.